Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 17 Nº 34, Jan - Jun de 2025
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Um quadro o mais poético que se pode imaginar: viagem aos sertões da Província do Rio Grande do Norte (1861)

The most poetic picture one could ever imagine: journey to the hinterlands of the Province of Rio Grande do Norte (1861)

Ane Mecenas*

Resumo: O presente artigo analisa a situação dos sertões da Província do Rio Grande do Norte por meio das memórias da viagem realizada no ano de 1861, pelo presidente da localidade Pedro Leão Velloso e registradas pelo jornalista Francisco Othilio Alvares da Silva. Dessa forma, objetiva-se, por meio deste trabalho, compreender as práticas culturais nos sertões e situação que se encontravam vilas e freguesias pelas quais passaram. O conjunto documental acionado para construção desse artigo perpassa por outras matérias publicadas no período, os relatórios do presidente de província e atas administrativas. Essas fontes apontam para os impactos da viagem nas ações do seu governo provincial. A partir desses relatos, podemos inferir acerca das redes de sociabilidade, das festas, das práticas de recepção e da etiqueta sertaneja. Dessa forma, as crônicas nos permitem compreender práticas e problematizar as memórias de viagem no Brasil oitocentista.
Palavras-chave: viagem, memórias, Rio Grande do Norte, festas.

Abstract: This paper intends to analyze the situation of the Province of Rio Grande do Norte's hinterlands through the travel memoirs of Pedro Leão Velloso's, the president of the province, recorded by the journalist Francisco Othilio de Alvares da Silva. the province president. By doing so, this paper aims to understand the cultural practices of the hinterlands and the situation of the villages and parishes which the men visited. The set of documents used in this investigation consists of newspaper articles during the time, the reports of the province's president, and administrative minutes. These sources indicate the impact of the journey on Velloso's government. From these reports, it is possible to infer about the sociability networks, the parties,

* Pós-Doutora em Educação. Bolsista pelo PNPD junto ao PPGE-UNIT. Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (2011). Especialista em Ciências da Religião e possui graduação em História Bacharelado (2010) e em História Licenciatura (2005) pela Universidade Federal de Sergipe (2005)

the reception practices, and the hinterland etiquette. Thus, the chronicles enable the understanding of practices and the problematization of the travel memoirs in Brazil in the 19th century.

Keywords: travel, memoir, Rio Grande do Norte, parties.

No dia 23 de agosto de 1861, às 10 horas, no porto da cidade de Natal, um grupo de pessoas esperava a chegada do presidente da Província no vapor Jaguaribe. Assim os "membros de ambos os partidos, receberam-no em seu desembarque, e acompanharam-no ao seu palácio".[1] A bordo estava uma comitiva que havia passado quarenta e quatro dias numa longa viagem rumo aos sertões do Rio Grande do Norte. O grupo era composto pelo então administrador, Pedro Leão Velloso; o inspetor da tesouraria provincial, João Carlos Wanderley; o engenheiro Ernesto Augusto Amorim do Vale, o ajudante de ordens Manoel Ferreira Nobre e o jornalista Francisco Othílio Alvares da Silva.

A viagem ocorreu após a tumultuada eleição de 1860, a qual desestabilizou os grupos políticos e foi marcada pela violência. Os jornais denunciavam a participação dos delegados de política e como havia a necessidade de ações enérgicas para solucionar os conflitos:

> Pelo lado do funcionalismo público, naturalmente S. Exmo. Teria testemunhado a miséria de alguns delegados, e subdelegados do sertão, desmoralizados por sua conduta nas eleições passadas, gastos por seus atos de violência, e afilhadagem
> Bom foi que o S. Exmo. os comunicasse para conhecer que alguns a não prestarem-se de máquinas eleitorais verdadeiramente nunca assumiram o importante cargo de juiz.[2]

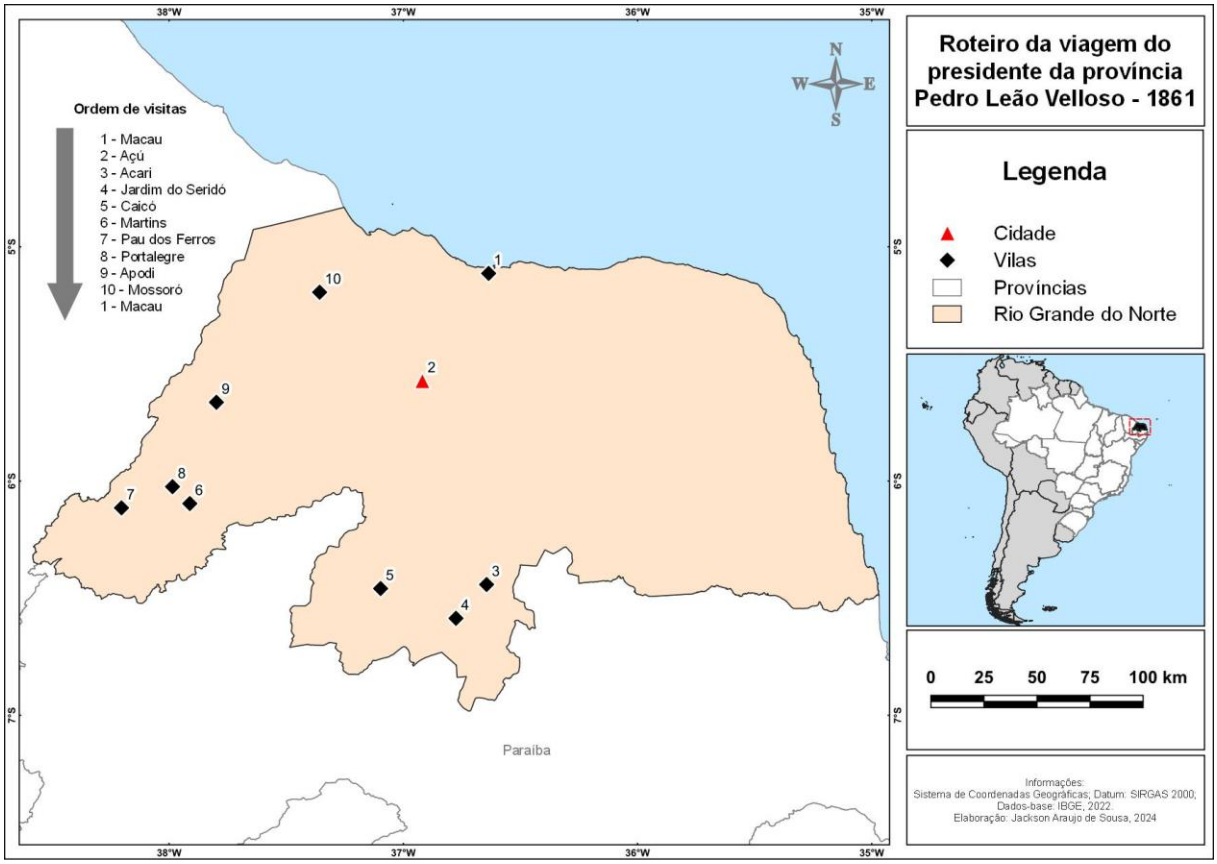
Foi nesse cenário que Pedro Leão Velloso[3] (1828-1902) chegou para administrar a localidade. O bacharel, formado pela Faculdade de Direito do Recife, foi o vigésimo sétimo presidente provincial do Rio Grande do Norte e governou por

[1] O Rio Grandense do Norte, 30 de agosto de 1861, p.2
[2] O Rio Grandense do Norte, 30 de agosto de 1861, p.2
[3] Exerceu o cargo de Presidente nas seguintes províncias: Espírito Santo (1859-1860), Maranhão (1861), Rio Grande do Norte (1861-1863), Piauí (1863) e duas vezes no Ceará (1867-1868 e 1881). Também foi Ministro dos Negócios do Império. Nos cargos eletivos foi deputado provincial, deputado geral e senador do Império.

dois anos até 14 de maio de 1863.[4] Em circular de 18 de maio de 1861 ele comunicava a sua posse:

> Comunico à Câmara Municipal da Capital que tendo sido nomeado Presidente desta Provincia por Carta Imperial de 13 de abril próximo findo, tomei ontem conta da respectiva administração, depois de ter prestado juramento perante a Assembleia Legislativa Provincial.[5]

Aproximadamente, dois meses após o início de sua administração, Velloso realizou um périplo às vilas e freguesias do sertão do Rio Grande do Norte. Em seu roteiro, ele visitou as seguintes localidades: Macau, Açu, Acari, Jardim (atual Jardim do Seridó), Príncipe (atual Caicó), Jardim de Piranhas, São Bento, Imperatriz (atual Martins), Pau dos Ferros, Portalegre, Apodi e Mossoró. O itinerário pode ser observado no Mapa 1:



Mapa 1: Roteiro da viagem do presidente da província do Rio Grande do Norte Pedro Leão Velloso 1861.

[4] RIHGRN, 1920, p. 106.
[5] VELLOSO, 13 de maio de 1861, p.1.

A viagem pelo interior da província permitiu ao então presidente conhecer as necessidades da população, entender as dificuldades enfrentadas e a construção de uma aliança política para além da capital, por meio da qual seria fundamental para articulação e governabilidade diante da realidade daquele momento. A viagem não ficou retida apenas aos gabinetes de reuniões, visita aos prédios públicos e às várias recepções organizadas pelos moradores locais. No teatro de poder da política, a presença do administrador nas fronteiras é também umas das formas de reafirmação da presença simbólica do soberano nas diversas partes do Império.

Assim, houve a preocupação em registrar os fatos e reportá-los à população. Essa tarefa ficou a cargo do jornalista que integrava a equipe, Francisco Othílio Alvares da Silva. No ano de 1861, ele escrevia textos para três periódicos: O Natalense[6], O Recreio[7] e O Professor[8]. Desse último ele também foi redator.

No periódico *O Recreio*[9], ao longo do segundo semestre de 1861, foram publicados sob o título de "Recordações de viagem" um conjunto de textos que descreviam os principais acontecimentos observados ao longo do deslocamento. Era um jornal criado recente e que teve seu primeiro número publicado em 17 de março de 1861, com circulação de novas edições a cada semana. Ele era impresso na tipografia do *Dous de Dezembro*.[10]

Para contar com a assinatura semestral as pessoas pagavam 2$000.[11] Apesar de ser um texto descontraído, com a participação de jovens escritores, o periódico teve pouco período de circulação, visto que em 22 de dezembro do mesmo ano foi publicado o texto de despedida. A justificativa apresentada aos leitores versava em virtude da necessidade de o patrício João Manoel de Carvalho Junior, redator e principal responsável, se deslocar à Província de Pernambuco. O jornal foi assim descrito por Luiz Fernandes:

---

[6] RIHGRN, 1908, p. 38.
[7] RIHGRN, 1908, p.41.
[8] RIHGRN, 1908, p. 46.
[9] É possível consultá-lo na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Contudo, faltam alguns números para compor todo o conjunto de textos.
[10] O *Dous de Dezembro* além de tipografia também funcionava enquanto periódico. Surgiu em 1852 e funcionou até 1862. Esse espaço de escrita se constituía no lugar de difusão o pensamento do partido conservador na província do Rio Grande do Norte. Sob a direção de Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante, circulou um ano após o surgimento do periódico do partido opositor o orgam liberal *O Rio Grandense do Norte* (1858-1862) (RIHGRN,1908, p. 34).
[11] Fernandes, 1908, p.20.

> (...) é um programa que fazia honra à inteligente redação do simpático periódico.
> E, força é confessar – não obstante a linguagem um pouco veemente às vezes, e pequenos senões, até certo ponto desculpáveis no meio e na época em que viveu, o Recreio conseguiu colocar-se em plano superior aos dos periódicos até então publicados guardando em suas discussões uma certa compostura e editando sempre em suas colunas artigos de interesse geral, como a instrução pública, ou sobre assuntos puramente literários.
> De modo que ai, por um corpo escolhido de redatores, entre os quais se destacavam João Manuel Francisco, Othilio Alvares da Silva, d. Isabel Gondim, Jesuino Rodolpho Rego Monteiro e o poeta popular e boêmio Lourival Açucena, pode-se dizer, ensaiou a literatura potiguar os seus primeiros passos.[12]

Dessa forma, nos nove meses de circulação, é possível encontrar em *O Recreio* os primeiros textos de importantes intelectuais natalenses que, ao longo da segunda metade do século XIX, dedicaram-se aos escritos historiográficos, à literatura e à poesia. A consulta a esse material permite compreender elementos do cotidiano na capital da província e as redes de sociabilidade locais.

Othilio, nome com o qual ele assinou a maioria dos artigos, por meio de sua pena, registrou um conjunto de narrativas que nos apresentam as construções de cada localidade visitada, as festas públicas, os bailes, jantares, hábitos e costumes de pessoas do oitocentos. Foi um observador que construiu um registro que nos permite mensurar o cotidiano e as redes sociais constituídas em 1860 nos sertões potiguares.

Hartog (2004) descreve o papel do viandante, daquele que vê e por meio do crivo, do estranhamento, registra e cristaliza seu olhar. Pela sua ótica, pelo seu prisma, pela escolha dos seus interesses, define a forma como quer descrever o momento, para si ou para outros. Nós historiadores, ao nos depararmos com esses conjuntos de escritos, flertamos com um passado construído, selecionado pelos interesses do jogo mnemônico. Esse artigo se encontra pautado na análise de um conjunto de crônicas, publicado pelo jovem jornalista Francisco Othilio Álvares da Silva. Diante da relevância do jornalista e do seu escrito de viagem, temos como foco as práticas culturais e os hábitos da população sertaneja da província do Rio Grande do Norte. Assim, objetiva-se, compreender as práticas culturais nos sertões e situação que se encontravam vilas e freguesias pelas quais passaram. Dessa forma, o artigo se

[12] Fernandes, 1908, p. 19.

encontra dividido em dois momentos. No primeiro foi discutido o roteiro da viagem e os sujeitos. Em seguida, as festas nos sertões.

Como o homem-memória, os relatos de viagem se constituem em narrativas do tempo, experiências de encontro com a representação de um passado. Andarilhos que constroem em seus textos a constante busca pelo retorno à materialização da memória. A hábil capacidade de olhar se torna a confluência dos sentidos. Na construção e nas narrativas das memórias, às vezes, as viagens marcam o retorno e rementem ao lar, ao que é conhecido. Esse também é o fio condutor da observação de Othilio, no qual a experiência da etiqueta comportamental da capital se transmuta na forma como olha os sujeitos que viviam nas margens do sertão. Às vezes esse lar e o retorno ao que lhe conhecido, pode ser o encontro com seus pares, seus confrades, seus irmãos na construção do conhecimento. Ambiente de tranquilidade, que contêm seu cheiro no qual você se enxergava presente, fruto e herdeiro das paredes que o resguardam. Assim, a viagem se constituía no estranhamento e na comparação entre experiências do indivíduo.

Na segunda metade da centúria oitocentista, a ausência de textos corográficos da província era um problema para administração pública. Pedro Leão Velloso destacava em seu relatório o quanto a ausência desses estudos prejudicava a continuidade das ações e o planejamento de políticas públicas para a província. Dessa forma, o texto corográfico tinha sua função prática na gestão do oitocentos:

> Não é só de um cadastro, tão necessário aos estudos administrativos, e cuja confecção virá facilitar o estudo e solução de diversos problemas, que sente falta esta província; não tem ela carta corográfica, nem ao menos imperfeita e em esboço, como outras possuem. Quando entrei para administração pretendi suprir esta lacuna, e ao engenheiro ao serviço da província encarreguei do trabalho, que não foi efetuado à falta de instrumentos próprios e de recursos para ocorrer as respectivas despesas.[13]

Esse problema perdurou por mais de uma década. Somente dezesseis anos depois, tivemos a publicação do livro "Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte", de Manoel Ferreira Nobre. Em 1861, ele havia integrado a comitiva na condição de ajudante de ordens, mas em seu escrito é possível identificar como as observações feitas ao longo dos quarenta e quatro dias nos sertões contribuíram para

[13] Velloso,1862, p.3.

o exercício de registrar informações sobre a localidade. Assim, mostra-se devedor de seu trabalho enquanto oficial-maior da Secretaria da Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte. Durante os dois anos que desempenhou esse cargo, ele fornecia informações para as comissões permanentes e por conta desses apontamentos resolveu sistematizar no formato de livro:

> Não escrevo a história preciosa e interessante do Rio Grande do Norte: publico apenas tradições e pequenas reminiscências, que são sempre agradáveis ao espírito que se alimenta em pesquisar as coisas de seu torrão, por mais estéreis que pareçam: é um ligeiro ensaio.
> Nada faço, eu sei, porém faço mais do que aqueles que, podendo fazer muito, jazem na inércia.[14]

As matérias publicadas no jornal se tornaram também um canal de comunicação entre os feitos do presidente da província com os habitantes da localidade, os quais poderiam acompanhá-lo para entender os motivos da viagem e do trabalho que realizava. Eram envolvidas naquelas longas descrições a respeito dos lugares que visitaram, das pessoas que encontravam e dos sons que ouviam. Por meio desse registro, é possível mapear as redes políticas constituídas no período pelas alianças formadas, nas quais, novos e velhos sujeitos passavam a disputar o campo do poder nos sertões.

"A minha intenção é somente contar com minuciosidade": a arte de receber nos sertões da Província do Rio Grande do Norte

Encontramos as festas enquanto objeto de pesquisas desde o século XIX. Em 1888 publicou-se a obra *Festas populares do Brasil*, de Alexandre José Mello de Morais Filho (1844-1919), na qual estruturou-se como um calendário festivo. Iniciava-se no Natal e terminava no Dia de Finados, passando por diversas províncias. O texto foi ampliado para versão impressa, que veio à lume em 1901. Nesse exercício de pensar a festa enquanto objeto de investigação, o historiador-memorialista descortinou um conjunto de práticas comuns.

Contudo, tais estudos passavam a configurar no campo do folclore, em perspectiva quase etnográfica da população. O texto de Othilio são se estruturava

[14] Nobre, 2011, s/p.

enquanto uma obra de análise acerca das festas, mas sim como memórias de sua experiência por tais localidades. Foi a partir de meados do século XX que a historiografia brasileira passou a se dedicar a escrita sobre festa, enquanto objeto de pesquisa do campo:

> Dentre os poucos consensos que podemos encontrar na historiografia que as colocou no centro de suas atenções, talvez possamos destacar a certeza de que as festas pertencem à história, e ao nosso domínio de investigação. Em decorrência, emerge outra certeza: a de que as festas nunca tiveram um período único de esplendor, em algum local maravilhoso do passado.[15]

Lilian Schwarcz[16] ao tratar da capital do Império e da trajetória do Dom Pedro II, discorre sobre as práticas culturais e festivas. Com um conjunto documental vasto, a autora nos permite tecer um painel quanto ao papel das comemorações na construção social e assim compreender no tempo festivo, no rompimento ordinário das tramas silenciosas que eclodem e indicam para outras dinâmicas. Ela descreve como no Rio de Janeiro as festas constituía um elemento de peso para a população ao longo dos anos de 1840 e 1860, a ponto de gerar uma:

> febre de bailes, concertos, reuniões e festas. A corte se opõe à província, arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos de civilidade, tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses.[17]

A capital do reino se configurava como centro divulgador das lógicas de celebração. A autora hierarquiza o conjunto de práticas que foram apropriadas da Europa, ressignificadas e adotadas no Brasil. Dessa forma, analisar tais celebrações no interior das províncias, permite-nos elucubrar acerca da difusão da práxis nas diversas partes do território. Pluraliza as narrativas sobre a nação e desconstrói certezas de uma história centralizadora. Isso possibilita observar as semelhanças e as especificidades das festas nos sertões.

As festas no espaço doméstico sugerem a proximidade entre as pessoas, a união e articulação entre os grupos. Mas também se configuravam como espaço de sociabilidade entre os jovens, os quais cantavam, recitavam poemas, tocavam

[15] Abreu; Viana, 2009, p. 234.
[16] Schwarcz, 1998, p. 111.
[17] Schwarcz, 1998, p. 111.

instrumentos e dançavam. Em sua viagem, Othilio descreveu sobre os seus espantos, como o que ocorreu com o ensaio de quadrilhas no Açu, ao acompanhar o "companheiro de pagodes Joca Wanderley":

> Nada, absolutamente nada havia que fizesse fugir de meu coração a tristeza e saudade que o pungiam, quando nas horas sombrias da tarde olhava para o lado desta terra! Apenas uma noite, passando casualmente por uma casa, ouvi uns assobios e arrastados de pés ao mesmo tempo; perguntei a um sujeito que se achava encontrado à porta o que era aquilo e ele me respondeu – *ensaio de quadrilhas*!!!! Não pude por tanto dar uma ideia de minha *habilidade nos arames*. Perdoem-me os Srs. Assuenses, se com a minha franqueza ofendo as suas suscetibilidades, pois *a minha intenção é somente contar com minuciosidade* o que vi e ouvi.[18]

Ao relatar que não pôde apresentar as suas habilidades nos arames, o narrador remete a um instrumento muito comum no Brasil desde o século XVI, a viola de arame. Introduzido como prática cultural pelos portugueses, popularizou-se pelas camadas populares e passou a ser gradativamente substituído no século XIX pelo violão, principalmente nos centros das províncias.[19] Assim, esse registro revela a permanência dos usos desse instrumento na Ribeira do Assú.

O jornalista expressava a surpresa ao chegar nas vilas e nelas encontrar instrumentos musicais disponíveis, principalmente os de corda. Tal estranhamento se devia ao parco conhecimento a respeito das dinâmicas locais dos sertões e a uma prévia ideia de que naquele espaço havia carências. Na vila Jardim do Seridó, pediu um violão e teve acesso a três na localidade. Na Fazenda São Paulo tocou guitarra para três jovens que participavam da reunião.[20]

Esse estranhamento é pauta em seu exercício de escriba. É possível mensurar que havia uma construção prévia de que nos sertões havia ausência de produtos, de instrumentos e de práticas comemorativas. Ainda em Jardim, na sua primeira noite na localidade aproveitou da hospitalidade local:

> Tendo acabado de ceiar, acendi um charuto, fui à porta da rua contemplar o luar que estava magnifico, e pouco depois entrei para o quarto peguei o violão, fiz *quatro corridas e meia*, e abri a goela que

[18] Silva, 13 de setembro de 1861a, p. 2.
[19] Taborda, 2002, p. 136.
[20] Silva, 13 de setembro de 1861b, p. 2.

> assassinei a quanta moda e lundu me veio à cabeça; de maneira que não sei mesmo se abusei da bondade dos donos da casa, ou se eles gostaram de me ouvir.[21]

De acordo com os manuais de etiqueta, Othílio descumpriu com a regra de não ter nenhuma ação que pareça se apossar da casa.[22] Desses manuais destaco o do padre José Ignacio Roquete (1801-1870). Natural de Alcabideche, no conselho de Cascais, Portugal, ele foi batizado em julho de 1801, conforme o "Diccionario Bibliographico Brazileiro", de Blake (1895). Franciscano, professou o voto em 1821 no convento de Santo Antônio do Estorial. Concluiu os cursos de Filosofia e Teologia Dogmática e Moral. Dentre as suas obras, destacamos "Código do bom tom ou Regras de civilidade e de bem viver", publicada em Paris no ano de 1845. O livro circulou na Província do Rio Grande do Norte e foi referenciado em outras publicações, como:

> O exemplar do Código do bom tom aqui reproduzido edição de 1875, pertenceu ao meu cunhado Áureo Paiva (1897-1971) que o teve do seu tio padre Mons. Antônio Xavier de Paiva (1850-1930).
> O Código do bom tom reúne em suas páginas um precioso guia didático de civilidade. Ensina o comportamento na Igreja, no Paço e nas cerimônias de cada um. Tenta desasnar o leitor no emaranhado dos tratamentos que o francês simplifica em *vous* e nós trocamos os pés pelas mãos com excelência, senhoria, mercê, reverendíssimo (...).[23]

Evidencia-se a circulação de livros, a recepção de ideias e a replicação de comportamentos. Contudo, nosso narrador, averso às etiquetas da época, em vários momentos seguia para o caminho oposto ao da regra. Deixa isso evidente ao leitor e em alguns momentos confessa sem nenhuma culpa ou temor o descumprimento das normas vigentes.

O dono da residência na qual foram recebidos na vila de Jardim do Seridó era Manoel Idelfonso de Oliveira e Azevedo (1820-1877), tenente coronel, casado com Thereza Florinda de Jesus Azevedo, cuja celebração do matrimônio ocorreu em 13 de agosto de 1840, na mesma localidade em que residiam. O casal teve dez filhos, sendo oito homens e quatro mulheres. Duas dessas, possivelmente as mais velhas, Maria Rosalina de Oliveira Azevedo (1842-1902) e Francelina Raquel de Oliveira Azevedo

[21] Silva, 13 de setembro de 1861b, p 1.
[22] Roquette, 1845, p. 129.
[23] Faria, 2023, p. 45-46.

(1843-1875) tocaram e cantaram para as visitas durante a passagem da comitiva por Jardim:

> Em a noite desse mesmo dia, a pedido do Sr. João Carlos, que tinha já algumas relações na casa, duas filhas do Sr. Idelfonso nos deram a honra de ouvi-las por algumas horas, tocando algumas peças de difícil execução e cantando várias modinhas de gosto.
> Mas como não há prazeres completos tínhamos logo de partir na manhã seguinte, e assim não podíamos ter segunda vez a mesma ventura.
> Era já uma hora da noite quando as moças deram por acabada aquela apreciável distração; pelo que depois de preenchidas as formalidades da etiqueta, recolhemo-nos ao quarto, causou-me por certa admiração encontrar naquelas alturas moças tão civilizadas e desenvolvidas.[24]

Infelizmente, não podemos inferir no que diz respeito à preparação da residência para a chegada de pessoas tão ilustres. Na descrição é possível ponderar no que respeita à etiqueta de recepção. Evidencia-se o conhecimento das moças no que concerne à música e sua formação no lar, visto que na vila de Jardim do Seridó não havia escolas para moças no período. No entanto, o comportamento das jovens dialoga com o que os manuais de comportamento definiam no período.

Após a saída de Jardim do Seridó, com destino a Caicó, a comitiva parou na fazenda São Paulo. Diante do calor, optaram em promover pequenas paradas ao longo do dia em fazendas encontradas ao longo do caminho. Nelas esperavam o clima mais agradável para concluir a jornada. Nesse ponto de descanso, Othilio nos apresentou alguns versos:

> Embora eu reconheça que não devo ser mais vivo para essas coisas, todavia quem não bebe na taverna dança nela, e mesmo convenço-me de que não me é vedado gostar das belas e nem tecer elogios à sua formosura; e assim sejam-me permitido aplicar àquelas deidades estes versinhos à imitação do Sr. Calazans:
> São três estrelas
> Surgidas belas
> Sem véu;
> São três anjinhos
> Inocentinhos
> Do céu[25]

[24] Silva, 13 de setembro de 1861b, p.1-2.
[25] Silva, 13 de setembro de 1861b, p. 2.

Nem só os bons encontros foram relatados na viagem. Alguns percalços também ocorreram, desde a condição precária de alguns pousos como a fazenda Morro, onde havia muitas cascavéis e jararacas.[26] A comitiva realizou uma longa viagem de seis léguas entre Jardim de Piranhas até a casa do capitão José Severino Moura, na Fazenda Cachoeira, situada em Belém na província da Paraíba. O memorialista fez duras críticas ao comportamento de algumas pessoas que foram à casa e não os deixaram dormir.[27] Experiência que não tirou o brilho de uma noite divertida:

> Naquele lugar passamos pelo centro. Naquele lugar passamos uma noite bem divertida. Depois de uma laura ceia, que foi presidida por três jovens filhas e sobrinhas do mesmo Major, levamos até uma hora da noite ouvindo-as cantar várias modinhas; dando eu também nessa ocasião uma prova de que não era muito hospede no violão.
> Se tivéssemos sempre noites tão belas como aquela, muito menos maçante se tornaria por certo a nossa viagem; e principalmente para mim que aprecio mais passar uma noite numa reunião de senhoras que cantem e toquem do que caminhar no pino do meio-dia em mau cavalo por lugares pedregosos.[28]

Fato deselegante também se deu na péssima noite que tiveram na fazenda Boqueirão, do capitão Miguel Esteves de Queiroz, por conta do tropel dos cavaleiros e a da conversa de quatro homens que foram visitar o presidente da província.[29] Além disso, tiveram problemas por conta da bagagem. Chegaram em Mossoró, mas as malas atrasaram. Por conta disso, ficaram sem roupas para trocar o que impossibilitou a saída para conhecer a vila. Ali, ele encontrou moças que havia conhecido durante a sua passagem pela Vila Nova do Príncipe. Elas tocaram violão, flauta e cantaram modinhas.

> Não rejeitei, portanto, o convite, embora estivesse ainda com o mesmo traje da viagem e cheio de pó do caminho; e como a reunião devia ser depois da ceia, apenas fundou esta, dirigi-me para a casa indicada em companhia do Sr. inspetor João Carlos, desde muito relacionado com aquela família.
> Terminados os comprimentos da etiqueta, uma das moças deu princípio a cantoria de uma modinha, o que fez belamente, seguindo-

[26] Silva, 13 de setembro de 1861b, p. 1.
[27] Silva, 06 de outubro de 1861d, p. 2.
[28] Silva, 06 de outubro de 1861d, p. 2.
[29] Silva, 06 de outubro de 1861d, p. 2.

> se a esta outras e executando também na flauta e no violão algumas valsas, quadrilhas, polcas e rondos, tudo com perfeição. Quem tem visitado a nossa capital onde a maior parte das moças são tão acanhadas, e sem gosto para a músicas, que juízos não fará dos mais lugares?! Eu, porém, nesta viagem fui testemunha do contrario, encontrando moças verdadeiras apreciadoras da música, e até de alguma instrução. Já excedia alguma coisa de uma hora da madrugada quando me recolhi a casa; e apesar de está ainda massado da viagem, todavia (por mim) ainda poria ir muito adiante o divertimento, se não fosse abusar da paciência e bondade do dono da casa, pessoa extremamente jovial e delicada. [30]

É possível observar que ao longo do périplo entre as vilas do sertão, a comitiva participou de diversas reuniões nas fazendas de autoridades locais. Em cada convite o foco do memorialista-narrador estava centrado nas experiências do cotidiano, no que era servido, mas principalmente nos instrumentos musicais, nas modinhas cantadas pelas moças e algumas quadrilhas. Esse é o foco do seu relato, nomeando sempre a vila, o dono da casa e nome da fazenda. Em nenhum momento nos apresentou quem eram as jovens dotadas de aptidões musicais, talvez por etiqueta da época, mas elas continuavam anônimas e reclusas aos pequenos ecos que nos chegam desses momentos e saberes dos sertões.

“Com foguetes e mais foguetes estão festejando a Padroeira”: a festa no sertão de Caicó

Apesar das mudanças no calendário festivo no Brasil oitocentista, ele era composto pelos dias de Gala, de festa nacional e os dias santos. Assim, a festa da padroeira era uma data de reunião de toda uma comunidade. No caso da Vila do Príncipe da província do Rio Grande do Norte não era diferente. As Festas de Senhora Santana duravam dez dias, entre as atividades religiosas e as profanas. As experiências do sagrado no espaço público eram vivenciadas pela população local e pessoas vindas de diversas localidades. Foi justamente nesse período de júbilo que a comitiva adentrou a capital do Seridó. A chegada da comitiva à Vila do Príncipe foi descrita pelo jornalista no seu artigo como “A chegada ao Caicó”, o que sinaliza para uma polifonia toponímica oitocentista entre o oficial e o popular. Por meio da sua

[30] Silva, 10 de novembro de 1861g, p. 2.

narrativa, é possível acompanhar os dias festivos votivos a Senhora Santana no Seridó potiguar.[31]

Nos relatos do viajante, além das festas e redes de sociabilidade, houve uma atenção a paisagem. Foi o primeiro momento no qual o narrador destacou as peculiaridades da paisagem do sertão em suas descrições. Provido do intuito de discorrer sobre o que lhe era díspar, Othilo descreveu a vila, a condição das casas, as dificuldades por conta do clima e expôs a superação da população diante das adversidades:

> A vila do Príncipe não há dúvida que é hoje umas das melhores do sertão, e apesar de ser o seu solo minimamente árido, todavia ali não faltam recursos; porque os seus habitantes empregam todos os seus esforços a fim de lhes serem menos difíceis e penosos os meios de subsistência. O terreno sobre que se acha ela plantada nada tem de agradável, e ao contrário é feio e bastante pedregoso, porém muito nova e boa a sua edificação.[32]

O humano que era responsável pela modificação da paisagem, sobrepondo por meio dos esforços a capacidade de moldar o espaço. A aridez do solo foi contrastada pelos esforços da população. A adjetivação para tratar dos solos do sertão assinala a ideia da dificuldade e, principalmente, da superação.

Algo recorrente entre as recepções feitas ao presidente da província, por onde passara, a cada vila, ecoavam os estampidos da queima de fogos, como sinal de boas-vindas. No entanto, para Othilio, era uma preocupação a mais com seu cavalo. Sua dificuldade com a montaria era evidente pelo tempo que despendia nos deslocamentos e sua chegada, que normalmente ocorria após todos os demais integrantes da comitiva. Na chegada à vila de Jardim, meia légua antes, já se ouvia os foguetes, avisando o ingresso da autoridade provincial. Já o jornalista responsável pela escrita de viagem, apesar do atraso, agradecia porque o cavalo não deu sobressaltos, com o "estampido das bombas"[33], conforme podemos verificar no seguinte trecho:

---

[31] A Festa de Santana foi registrada enquanto patrimônio imaterial do Brasil no ano de 2010. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Dossiê: Festa de Sant'Ana. 2010

[32] Silva, 29 de setembro de 1861c, p. 2.

[33] Silva, 13 de setembro de 1861b, p. 1.

> Com quanto o meu cavalinho não fosse lá dos melhores, todavia nunca me deixei ficar muito atrasado, para depois não ver-me só por aqueles caminhos que me eram inteiramente estranhos; por essa razão foi-me preciso galopar quase todo o caminho.
> Ainda distante talvez duas léguas da vila um número concurso de cavaleiros, entre os quais se achavam alguns oficiais da guarda nacional, veio ao encontro do S. Exmo.; e depois de fitos os cumprimentos de civilidade continuamos a viagem.
> Está bem-visto (discorria eu) que os Seridoenses não hão de querer dar barrigada deixando de receber a S. Exmo. com foguetes e mais foguetes e principalmente agora que estão festejando a Padroeira; entretanto por causa das dúvidas será prudente que quando descobrir as casas me demore alguma cousa até ver o que há.[34]

Outro ponto que merece destaque é a recepção antes da chegada na vila, o que mostra a constituição de rede de comunicação que ocorria após a saída da Fazenda São Paulo. Isso ocorreu em vários momentos da viagem, pois as exceções foram apenas em Apodi e Mossoró. Na Vila do Príncipe, hospedaram-se na casa do vigário Francisco Rafael Fernandes (1825-1908), o qual pelos elogios, parece ter dedicado tempo e atenção para recebê-los da melhor forma. [35]Ele era sobrinho do senador do Império, o padre Francisco de Brito Guerra. O vigário foi professor na mesma vila no ano de 1851 e com a consulta aos livros de batismo é possível inferir que era vigário desde 1858.

Voltando para festa nos relatos, é possível observar a atenção dedicada ao quantitativo de pessoas que participava das novenas votivas a Senhora Santana. Apesar da longa e cansativa viagem, os viandantes aproveitaram o descanso e em seguida foram acompanhar a novena.

> Não tinha ela ainda principiado, mas já a Igreja se achava tão apinhada, que antes de chegar à capela mor, abalroei por algumas vezes; como, porém, era estrangeiro no lugar achei um filho de Deus de muito bom grado me cedeu um cantinho onde estive desafogadamente. Daí em diante não perdi mais uma só noite, de sorte que aproveitei a festa como devia aproveitar.[36]

Ao descrever o espaço, o viajante reforçou a antiguidade do edifício que abrigava a matriz e ressaltava a boa construção. O seu olhar partia do comparativo com a matriz da capital. Para ele, a matriz de Santana tinha “menos cômodos”, mas

[34] Silva, 29 de setembro de 1861c, p. 1-2.
[35] Silva, 29 de setembro de 1861c, p. 2.
[36] Silva, 29 de setembro de 1861c, p. 2.

era muito mais limpa. Algo recorrente nos relatos acerca da festa de Santana em Caicó foi quantidade de pessoas que eram atraídas para celebração, oriundas de diversas províncias. Para o ano de 1861 foram destacadas pessoas vindas do Ceará, Paraíba e Pernambuco. A festa da padroeira carregava o caráter de ser o período do ano para o retorno a terra natal, para o encontro com a família. Era o tempo de renovação de laços, rememoração da hábitos e reencontro com as origens.

Dos pontos altos dos dez dias de celebração se destacava a procissão. Tal ato, consistia numa oração pública direcionada a Deus. Deveria marcar a saída de um lugar sagrado para outro. Consistia num momento no qual o fiel deveria pedir "clemencia e favores para salvação das almas, remédios dos corpos, e de nossas necessidades"[37]. Othilio não revelou em seu texto o roteiro seguido naquele período, mas nos apresentou alguns elementos significativos para pensar aquela sociedade:

> Um povo imenso assistia sempre as novenas e as missas cantadas, que ali celebraram-se durante os dez dias de festa.
> Talvez se supunha que é exageração minha, mas não; é pura verdade. Calculou-se em quatro mil pessoas acompanharam a procissão, inclusive muitas senhoras, que por esse ato não são censuradas em razão de ser costume antigo.
> O madamismo apresentara-se com muito luxo, mas esse luxo pouco brilhava, porque muitos de seus vestidos ainda são feitos por uso que por aqui vão já esquecido.[38]

O estranhamento do observador no que se refere à participação de mulheres na procissão vai de encontro ao cumprimento das obrigações com sagrado atribuídas às mulheres. Conforme regia as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, lei que ordenava as práticas religiosas de 1707 a 1890 no Brasil, em seu artigo 493, estabelecia a proibição da participação feminina nas procissões ocorridas à noite. O descumprimento era passível de excomunhão. No relato o jornalista não aponta para o horário da celebração. No entanto, poucas procissões ocorriam a noite, pois não era prática bem-vista e necessitava de autorização do Arcebispado.

> Por quanto tem mostrado a experiência, que nas Procissões de noite poder haver, e há muitas ofensas de Deus nosso Senhor, as quais, diz o Apostolo, são obras das trevas, de que é Príncipe o demônio, ordenamos, e mandamos, sob pena de excomunhão maior ipso facto,

[37] Vide, 1853, p. 191.
[38] Silva, 29 de setembro de 1861c, p. 2.

> que nenhuma Procissão, assim das que já estão instituídas, como ao diante se instituírem, se possa fazer de noite das Ave Marias por diante.[39]

Para realização da procissão, os súditos deveriam deixar todos os espaços limpos para passagem do cortejo. A atenção seria dedicada aos espaços públicos e privados, com total limpeza de ruas e casas. Nos espaços do lar, as janelas e paredes deveriam estar devidamente consertadas. Além disso, teriam um cuidado especial com os ornamentos e para isso deveriam utilizar ramos e flores. Outros objetos poderiam integrar a decoração, como tapeçaria, quadros, imagens de santos, "pinturas honestas" e usos de panos, como seda.[40]

No que se refere aos tecidos utilizados é importante salientar que no Seridó potiguar desde o século XVIII, o algodão mocó era base da economia local, cultivado e tecido por indígenas.[41] Espécie mais resistente ao clima do semiárido, despontava como um dos principais produtos de exportação desde 1798. Esse pode ser o motivo da ausência de brilho nas vestimentas, pois apesar do luxo das peças, um significativo conjunto deveria ser de algodão. Muirakytan Kennedy de Macedo[42] analisou em seu livro "Rústicos Cabedais", por meio dos inventários da Ribeira do Seridó, quais materiais têxteis eram utilizados na localidade. Ele apresenta em seu trabalho como as pessoas de posses se vestiam e o valor atribuído a cada peça no rol de bens inventariados, o que corrobora com essa hipótese.

Outro aspecto que nos chama atenção, consiste no número de pessoas que participaram da procissão de Santana no ano de 1861. Conforme o mapa da população que integra o relatório de Pedro Leão Velloso, apresentado no ano de 1862, na freguesia da Vila Nova do Príncipe havia três mil quinhentas e uma pessoas vivendo na localidade. Logo, o número de participantes excede o quantitativo de indivíduos que habitavam toda a freguesia. Desse total, trezentos e quarenta e nove eram pessoas escravizadas. Com base no Quadro 1, torna-se possível comparar e ter um painel dos habitantes da província:

[39] Vide, 1853, p. 193.
[40] Vide, 1853, p. 195.
[41] Macedo, 2015, p. 94.
[42] Macedo, 2015, p. 168.

Freguesias	Livres			Escravos	Total
	Casados	Solteiros	Viúvos		
Caraúbas	283	1.661	59	307	2.310
Macau	1.091	2.258	127	229	3.705
Angicos	1.029	2.103	90	407	3.629
Serra Negra	590	942	38	480	2.059
Santa Rita	1635	2.680	127	225	4.667
Campo Grande	961	2.162	70	298	3.491
Príncipe	1.088	1.984	80	349	3.501
Pau dos Ferros	....	....	....	....	9.092
São Gonçalo	....	....	....	....	12.318
Jardim	....	....	....	....	6.122
Total geral	6.677	13.790	591	2.296	50.885

Quadro 1 – Elaborado com base nos dados do Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Norte Pedro Leão Velloso de 1861

Ressalta-se que o presidente revelava que mesmo com uma legislação própria sobre a necessidade recenciamento da população, que consistia no artigo 58 do Regulamento 31 de janeiro de 1842, na província esse trabalho não estava sendo realizado de forma sistemática. O dado anterior era fruto do levantamento que integrava o compêndio de geografia de Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1818-1877), publicado no ano de 1858. Por conta dessa inconsistência de informações, Pedro Velloso solicitou para os delegados de polícia e para os párocos de suas respectivas freguesias o envio de informações populacionais.

Manoel Ferreira Nobre em sua “Breve Notícia” também evidenciou a significativa participação de pessoas de outras localidades na Festa de Santana da Vila do Príncipe. Além disso, reforça que sua descrição é possível graças a participação durante a viagem de 1861. Ele tentou apresentar ao seu leitor a veracidade da informação em virtude do seu crivo enquanto observador. O então ajudante de ordens, posteriormente publicou uma obra que tratava da história da província e apontou para as suas lembranças da festa:

> No mês de julho de cada ano, há festa da Padroeira da freguesia; é bastante concorrida.
> Tivemos ocasião de assistir aos últimos dias de festa no ano de 1861, podemos asseverar que em magnificência e esplendor esteve na altura do objeto a que era destinada.
> Além da população da cidade e das freguesias vizinhas, a ela concorreram muitos negociantes e famílias da província da Paraíba do Norte.[43]

A descrição do viajante apontava também para o seu caráter profano. Nem só de novenas e missas se fazia a festa da padroeira. O horário voltado para o sagrado era distribuído para atender a outras atividades. De acordo com o jornalista, no ano de 1861, houve no espaço público apresentação "que na verdade eram uns *verdadeiros mágicos*, pois zombaram completamente da boa fé do povo seridoense, em dois espetáculos que deram no dia 28".[44] Outro ponto por ele destacado consistiu na salva de tiros de roqueira. Para Othilio era uma prática ultrapassada. No entanto, era comum ocorrer nas festas do Divino que ocorriam em todo império ao longo do século XIX. O som imitava o de canhão e o objetivo era saudar o Imperador do Divino.

> Como disse no princípio desta narrativa, no Caicó ainda se usam tiros de roqueira no decurso do dia, durante toda a festa. Para mim era isto verdadeira *caipora*, e ainda mais porque muitas vezes estando descuidado era sobressaltado pelo estampido do tiro, que abalava todas as casas da Vila. Não menos e caningaram dois sujeitos do Catolé do Rocha que tocavam clarinetos a ponto de incomodarem os vizinhos toda a noite. Eram dois músicos imprudentes, dei graças a Deus quando me vi livre de semelhantes desfrutáveis.[45]

Os músicos do Catolé do Rocha acompanharam a comitiva em outro momento na recepção em Jardim de Piranhas do dia 30 de julho. Vale a pena ressaltar outro tipo de instrumentos encontrados na viagem, as clarinetes.

Ao tratar da festa no espaço privado, o jornalista descreveu a reunião na casa de Dr. Paulino Ferreira da Silva, que contou com quadrilhas e apresentações musicais de algumas senhoras as quais ele não nomeou e nem quantificou. E nos permite examinar a relação tecido entre o mundo religioso e o político no oitocentos. Esse

[43] Nobre, 1977, p. 76.
[44] Silva, 29 de setembro de 1861c, p. 2.
[45] Silva, 29 de setembro de 1861c, p. 2.

vínculo e o peso da articulação ocorria também nos espaços dedicados a fé, notadamente, em um contexto marcado pelo padroado régio. Dessa forma, a presença do administrador provincial na maior celebração do período nas fronteiras territoriais evidencia o peso que esses encontros tinham na política local.

"Onde se deveria gastar um pouco as solas dos sapatos": bailes nos sertões do Rio Grande do Norte

Após a desgastante viagem até Martins, com direito a uma longa descrição acerca da dificuldade de subir a serra e as belezas do lugar, preparavam-se para um baile, marcado para a noite de 02 de agosto. Até esse momento os encontros haviam ocorrido em sua grande maioria nos espaços reservados das casas e definidos enquanto reunião. Estas contavam com jantar, quadrilhas, cantorias e músicos que tocavam. Eram normalmente espaços nos quais sucediam os encontros mais próximos com as moças. A reunião possuía um conjunto de regras de etiqueta quanto ao comportamento. Contudo, o baile indica outro grau de formalidade e postura. Isso pode ser observado pela preocupação do jornalista no que se refere à vestimenta na qual deveria utilizar:

> Apenas recebi o convite dispus-me logo para dar um exercício as juntas que se achavam bem enferrujadas. Uma cousa, porém, muito me desanimou a princípio, que foi não ter eu levado casaca, de sorte que estive por algum tempo pensando no modo porque deveria subtrair-me a alguma censura, visto como não podia apresentar-me como recomenda a etiqueta: mas perder nestas alturas um baile (dizia eu comigo mesmo) é tirano![46]

No livro do padre Roquete encontramos um manual muito detalhado das boas práticas e posturas a serem adotadas durante um baile. Descreve como portar o leque, a forma como cumprimentar, levantar para dançar, recursar um convite, a posição das mãos e as palavras assertivas a serem usadas, como também o que não deveria ser feito. Ao comparar as preocupações de Othilio e o que se definia como prática francesa a ser replicada, compreendemos um pouco das peculiaridades e formalidades da sociedade oitocentista. E o papel no qual mulheres e homens

[46] Silva, 20 de outubro de 1861e, p.3

deveriam desempenhar nos espaços públicos, nos quais a preocupação em passar uma boa imagem e não chamar a atenção eram condições basilares do convívio.

> Estou certo, segundo a educação que recebeste, que não te esquecerás de dizer, quando fores tirar alguma senhora para dançar: A senhora, ou V.S., V. Ex., quer fazer-me a honra de dançar a primeira contradança, o primeiro galope? Toma muito cuidado, meu filho não digas nunca o gosto (*le plaisir*). Esta palavra dá a conhecer as pessoas; não é admitida hoje na boa companhia. Aconselho-te mui particularmente que uses sempre da palavra honra (*honneur*) especialmente em França, ou nos bailes à francesa, em qualquer país que seja; ela é respeitosa para com os superiores, decente para com os iguais, e nos conserva em certa distância das pessoas com que temos familiaridade; porque deves saber que, se exijo de ti a observância destes deveres, é na suposição que os outros os preenchem para contigo.[47]

Na província do Rio Grande do Norte, a professora Isabel Gondim publicou em 1873 um livro intitulado *Lições para minhas alunas*. Nesse manual a autora apontava que conhecia o livro de Roquete, como também referenciou a obra *Da Educação* de Visconde d`Almeida, publicada em Londres, em 1829. A autora disse conhecer apenas uma obra relacionada à temática da formação de mulheres, que consistia no texto clássico da francesa Jeanne Marie Leprince de Beaumont, intitulado *Thesouro de Meninas ou Diálogos entre uma sabia Aia e suas Discipulas*. Por meio do seu livro, a professora buscava orientar a moça com o comportamento na escola, em casa, nas festas, enquanto esposa e mãe.[48] Em forma de conselho ela direcionava o comportamento e quais práticas deveriam ser adotadas. Sobre o baile ela descreveu:

> Se vos achardes em algum baile ou reunião, aonde, em vossa idade nunca ireis senão acompanhadas de vossa mãe ou que devidamente a substitua, ai portai-vos com discrição conveniente.
> Nessas associações de tantas pessoas poderá haver algumas ociosas, cuja educação seja imperfeita. Estas costumam recolher dos outros circunstantes a menor ação pouco ponderada, e depois vão comentá-la. Estais, pois, prevenidas para lhes não fornecerdes motivo de crítica.
> Tratai todos ali com delicada polidez e urbanidade, os que nasce dos impulsos de uma alma bondosa, cuja aparência exige a sociedade.[49]

[47] Roquette, 1845, p. 104-105.
[48] Autor, 2024.
[49] Gondin, 1879, p. 49-50.

Uma atenção significativa é dada ao comprometimento com um cavalheiro na hora da dança. [50]A moça deve anotar o nome e a ordem do convite para dança no leque, para evitar confusão e possíveis constrangimentos. Além disso, pelos dois manuais de comportamento reforçam que se deve evitar qualquer desconforto ao cavalheiro. A mulher não deveria revirar os olhos, não poderia chamar atenção e se houver uma preferência no baile, evitar dançar com qualquer outro. Isso evitaria o desconforto e a desculpa para não dançar deveria ser um incômodo.[51]

> Depois de algumas conjecturas que fiz, lembrei-me que segundo um conselho dado aqui a certo moço em o n. 3 deste periódico, era permitido (do Acari para adiante) ir-se a baile de paletó. Criei então, como lá dizem, alma nova, e a hora designada pela comissão de convites achei-me na casa onde se deveria gastar um pouco as solas dos sapatos, a qual estava preparada do melhor modo que foi possível aos encarregados do baile, achando-se já o salão onde se devia dançar abrilhantado de belas jovens.[52]

Othilio fugiu a etiqueta da época que definia que nem poderia ir a um baile sem luvas brancas, pois nem casaca havia levado em sua bagagem. Para animar o baile, uma equipe de músicos acompanhou a festividade, composta por dois "pistões", instrumentos de sopro, um clarinete e um violão. Esses artistas tocaram músicas para quadrilha e, nos intervalos, modinhas acompanhadas pelas jovens locais que cantavam. Othilio Silva elogiou bastante o violeiro, que de acordo com o viajante, "tocava admiravelmente".[53] Nosso cronista evidenciava o comportamento e a etiqueta para ocasião.

> Chegou enfim a hora em que se devia tomar chá, comer e beber alguma coisa. Muitos cavalheiros deram o braço as suas damas e foram levá-las à mesa, mesmo eu, que, a falar a verdade, não gosto lá muito dessas formalidades. Depois de bem acomodado o belo sexo, os mais interessados em obsequiá-lo tomaram também canto e encheram a mesa, ficando eu e mais alguém na retaguarda da bagagem, onde muitas vezes a gente serve-se mais a vontade.[54]

Conforme o *Código de bom tom*, o rapaz em hipótese alguma deveria tirar a mesma moça duas vezes para dançar no mesmo baile[55]. Além disso, sempre que

[50] Roquette, 1845, p. 118.
[51] Gondin, 1879, p. 50-51.
[52] Silva, 20 de outubro de 1861e, p.3
[53] Silva, 20 de outubro de 1861e, p.3
[54] Silva, 20 de outubro de 1861e, p.3
[55] Roquette, 1845, p. 110.

oferecer a mão para dançar deve ser as costas e nunca a palma, pois ela não deve assentar na sua mão e sim repousar levemente. Tocar levemente na cintura enquanto dança e nunca nas pregas no vestido.

No momento da ceia, o escritor de viagem fez os "cumprimentos do estilo", em grande mesa provida de "refrescos refrigerantes". Os convidados puderam saborear doces e "queijo do sertão". A Vila Nova do Príncipe tinha como um dos seus principais produtos o queijo de manteiga, ou como era popularmente conhecido o "queijo de manteiga do Seridó", sendo de boa qualidade e preço acessível. De acordo com Ferreira Nobre[56] era consumido em grande quantidade na província, exportado para corte e outras províncias como a de Pernambuco. O inglês Henry Koster, durante sua passagem pelos sertões do Rio Grande do Norte, na primeira década do século XIX, descreveu "O queijo do sertão é excelente quando fresco, mas ao fim de quatro ou cinco semanas fica duro e coriáceo"[57]. Muyraktan Kennedy Macedo analisa que a técnica de conservação do queijo lhe atribuía a dureza e permitia que ele durasse até um ano:

> Guardados para serem usados por muitos meses, duros como pedras, os queijos eram fatiados a machado ou amolecidos em forno rústico. Neste caso, era ao modo de barrelada: enterrava-se o queijo e sobre ele queimavam uma fogueira, e, em pouco tempo esse forno bruto amolecia-o. Também amaciava-se o queijo adicionando-o em fatias ao cozimento de pratos como feijoada e arroz de leite.[58]

Acerca da dinâmica do baile, após algumas danças de quadrilhas serviram chá. No tocante às bebidas, Roquete[59] em seu manual esclarece que se deveria beber o que fosse oferecido e nunca pedir coisa diferente. A pessoa bem-comportada e delicada "aceita, e come o que oferecem, e quando desejes outra coisa não o digas".[60] Por volta de duas horas da madrugada estava encerrada a festividade. O cavalheiro levou algumas moças até em casa: "que foi arrematado por mim e mais dois companheiros com um excelente passeio de meia légua a um sítio vizinho onde fomos levar três deidades". [61]

[56] Nobre, 2011, p. 74.
[57] Koster, 1942, p. 213.
[58] Macedo, 2015, p. 175.
[59] Roquette, 1845, p. 116.
[60] Roquette, 1845, p. 116.
[61] Silva, 20 de outubro de 1861e, p. 4.

Considerações finais

Na análise dos textos de viagem algo que merece atenção são perguntas em busca da intencionalidade da escrita. No caso das matérias publicadas em *O Recreio,* atendiam a lógica do Partido Conservador na província do Rio Grande do Norte. Tratavam de política num tom de espontaneidade dos fatos e pareciam uma conversa entre o memorialista e o leitor. Disso resultou a leveza com a qual os fatos foram apresentados.

Além disso, o recorte do narrador no que diz respeito aos episódios nos chama atenção. Há uma predileção em tratar dos momentos de lazer, das comemorações e do extraordinário no seu dia. De forma peculiar, ressaltava a condição das mulheres que viviam nos sertões da província, com sua participação nos saraus, cantorias e festas. O conjunto de textos se encontra alicerçado no efêmero, nas experiências de passagem, no fulgor das práticas de sociabilidades.

Assim, após quarenta e quatro dias de longas horas cavalgando, encontros com autoridades locais, visitas às obras públicas e participação em festividades, a viagem teve seu fim. Ao passo que por meio dela podemos revisitar memórias acerca de práticas culturais, redes de sociabilidade e costumes. Adentramos às fazendas, ouvimos a bela música e acompanhamos as mudanças na paisagem. E assim, Othilio enquanto um homem-memória, registrou por meio de sua pena, as experiências sertanejas na Província do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

AUTOR, 2024.

ABREU, Martha. O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ABREU, Martha; VIANA, Larissa. Festas religiosas, cultura e política no Império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 233-270

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO: Câmara dos Srs. Deputados. Segundo Anno da Duodecima legislatura. Sessão de 1864. vol. 2 parte 4. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1864.

BEZERRA, Severino. Levitas do Senhor. Natal: Fundação José Augusto, 1985.

BRANDÃO, Thadeu Sousa. A senhora do sertão. A festa de Sant`Ana de Caicó. Novas Edições Acadêmicas, 2017.

COLLECÇÃO de Leis Provinciaes do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte: Typographia Liberal Rio-Grandense, 1868.

FARIA, Oswaldo Lamartine de; MEDEIROS FILHO, João. Seridó. Século XIX (Fazendas & Livros). Natal: Edições Sebo Vermelho, 2023 [1987]

FERNANDES, Luiz. A imprensa Periódica no Rio Grande do Norte (1832- 1908). Natal, Typographia d`A República, 1908.

FREIRE, Dikson de Almeida. "A seiva de nossa terra": representações do sertão e do sertanejo a partir da trajetória política de José Bernardo de Medeiros, Rio Grande do Norte (1880-1988). Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

GALVÃO, Miguel Archanjo. Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brazil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa nacional. 1894, p. 59–60.

GUERRA, Cecil Vinicius Olivar. Conservadores partidos: as composições políticas do partido conservador em Açu, no Rio Grande do Norte (1876-1884). Revista de História Bilros. Vol. 6, n. 12. Fortaleza, maio-ago, 2018, p. 121-136.

HARTOG, François. Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

KOSTER, Henry. Viagens ao nordeste do Brasil. Tradução e notas Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. [1817]

MACEDO, Muirakytan Kennedy. Rústicos Cabedais. Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – século XVIII). Natal: Edufrn, 2015.

MECENAS, Ane Luíse Silva; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. História das Romarias em Sergipe. Aracaju: Criação, 2016.

NOBRE, Manoel Ferreira. Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte. 3ª ed. Natal: Sebo Vermelho, 2011. [1877].

O RIO GRANDENSE DO NORTE. Chegada do Exmo. Sr. Presidente da Provincia. O Rio Grandendense do Norte. Periódico político e noticioso. Ano IV. Nº. 119 Natal, 30 de agosto de 1861, p.2

O RIO GRANDENSE DO NORTE. Comunicados. O Rio Grandendense do Norte. Periódico político e noticioso. Ano V. Nº. 140 Natal, 25 de agosto de 1862, p.1.

O RIO GRANDENSE DO NORTE. Negócios da província. O Rio Grandendense do Norte. Periódico político e noticioso. Ano V. Nº. 140. Natal, 25 de agosto de 1862, p.1.

POMBO, Rocha. História do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Edufrn, 2018.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. A administração da Província do Rio Grande do Norte. In: Revista do IHGN. Vol. XVIII- XIX. Nº. 1 e 2, 1920-1921, p. 99- 111.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "O Prefácio dos Tempos": caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX). 2015. 320 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SILVA, Francisco Othílo Alvares da. Recordação de viagem. (continuação do n. 12). O Recreio. Periódico crítico, poético e noticioso. Ano I, Nº. 13. Natal, 13 de setembro de 1861a, p. 1-3.

SILVA, Francisco Othílo Alvares da. Recordação de viagem. (continuação do n. 13). O Recreio. Periódico crítico, poético e noticioso. Ano I, Nº. 14. Natal, 13 de setembro de 1861b, p. 1-3.

SILVA, Francisco Othílo Alvares da. Recordação de viagem. (continuação do n. 14). O Recreio. Periódico crítico, poético e noticioso. Ano I, Nº. 15. Natal, 29 de setembro de 1861c, p. 1-3.

SILVA, Francisco Othílo Alvares da. Recordação de viagem. (continuação do n. 15). O Recreio. Periódico crítico, poético e noticioso. Ano I, Nº. 16. Natal, 06 de outubro de 1861d, p. 2-3.

SILVA, Francisco Othílo Alvares da. Recordação de viagem. (continuação do n. 16). O Recreio. Periódico crítico, poético e noticioso. Ano I, Nº. 17. Natal, 20 de outubro de 1861e, p. 2-3.

SILVA, Francisco Othílo Alvares da. Recordação de viagem. (continuação do n. 17). O Recreio. Periódico crítico, poético e noticioso. Ano I, Nº. 18. Natal, 27 de outubro de 1861f, p. 1-2.

SILVA, Francisco Othílo Alvares da. Recordação de viagem. (continuação do n. 19). O Recreio. Periódico crítico, poético e noticioso. Ano I, Nº. 20. Natal, 10 de novembro de 1861g, p. 1-2.

SILVA, Francisco Othílo Alvares da. Recordação de viagem. (continuação do n. 20). O Recreio. Periódico crítico, poético e noticioso. Ano I, Nº. 21. Natal, 17 de novembro de 1861h, p. 2-3.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROQUETTE, José Ignacio. Código do bom tom, ou regras de civilidade e de bem viver no XIXº século, por J. I. Roquette,... por (1801-1870). Paris: Casa de J. P. Aillaud,1845.

TABORDA, Marcia. A viola de arame: origem e introdução no Brasil. Em pauta. V. 13, n. 21. dezembro 2002, p. 132-152.

VELLOSO, Pedro Leão. Circular 2ª. Provincia do Rio Grande do Norte. Palácio de Governo, 13 de maio de 1861. Acervo do Labim/UFRN.

VELLOSO, Pedro Leão. Relatório apresentado à Assemblea Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do anno de 1862 pelo presidente da província Pedro Leão Velloso. Typographia do Diário do Commercio, 1862.

VELLOSO, Pedro Leão. Relatório apresentado à Assemblea Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do anno de 1863 pelo presidente da província Pedro Leão Velloso. Natal: Typographia do Dous de Dezembro, 1863.

VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Tipographia 2 de Dezembro, 1853. [1707].

ZAMITH, Rosa Maria. A quadrilha. Da partitura aos espaços festivos. Música, dança e sociabilidade no Rio de Janeiro oitocentista. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

Recebido em Maio de 2025
Aprovado em Julho de 2025